

EFEITOS SENTIDO DE UTOPIA E EFEITO SUJEITO UTÓPICO NO CENÁRIO POLÍTICO BRASILEIRO

Mayara Archieris Amorim (UESB/GPADis/CAPES)
mayararchieris@hotmail.com

Maria da Conceição Fonseca-Silva (UESB/GPADis/CNPq/)
con.fonseca@gmail.com

Introdução

Neste trabalho, apresentamos parte dos resultados de uma pesquisa vinculada ao projeto temático “Discursos sobre o poder político, efeitos sujeito e efeitos sentido em diferentes materialidades significantes”, desenvolvido pelo Grupo de Pesquisa em Análise de Discurso (GPADis) no Programa de Pós-Graduação em Linguística, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Operamos um recorte do *corpus* da pesquisa, com o objetivo de analisar, em formulações linguísticas de textos veiculados na mídia impressa, o efeito sujeito Marina Silva e os efeitos sentido de utopia construídos, retomados e ressignificados, quando relacionados ao sujeito político Marina Silva, no cenário das candidaturas à Presidência da República, no Brasil.

O tema que perpassa este trabalho diz respeito à atuação das mulheres na esfera do poder político executivo, no Brasil. Já ressaltamos, em Amorim, França e Fonseca-Silva (2011), que a discursivização sobre a mulher, que atua nas esferas de poder político, na mídia é possível devido à democratização de tais esferas, e neste aspecto o feminismo deu sua contribuição histórica. No que diz respeito especificamente à participação das mulheres na política no decorrer dos anos, Prado (2010), com base em Fonseca-Silva (2007), explica que, na primeira metade do século XIX, o índice de mulheres alfabetizadas no Brasil era pequeno, realidade que começou a mudar a partir da segunda metade deste mesmo século, quando mulheres, que voltaram ao Brasil depois de estudarem em outros países da Europa, passaram a lutar pelos direitos políticos, incluindo o direito ao voto.

Com a conquista do direito ao sufrágio feminino, houve também maior participação das mulheres em esferas de poder político, e tal participação foi intensificada com o processo de redemocratização do país, embora a atuação das mulheres nesse âmbito ainda seja pequena se comparada à participação de homens. Destacamos, por fim, que, embora o modo de discursivização sobre as mulheres que atuam nas esferas de poder político seja importante, interessou-nos, sobretudo, investigar o funcionamento do lugar de sujeito político, e, neste trabalho, especificamente, a posição de sujeito utópico.

Com a finalidade de desenvolvermos a pesquisa, procedemos à leitura de edições das revistas de informação *Veja* e *Istoé* que circularam entre os anos de 2009 e 2014, período que inclui: i) a pré-candidatura de Marina à Presidência da República em 2009; ii) a tentativa de Marina Silva conseguir o registro legal do partido político Rede Sustentabilidade em 2013; iii) a candidatura de Marina Silva à vice-presidência na chapa com Eduardo Campos em 2014, bem como a candidatura à Presidência da República em 2014 pelo PSB. Além disso, no decorrer da pesquisa, julgamos necessário incluir também algumas formulações veiculadas na mídia impressa de forma geral, e não apenas nas duas revistas de informação selecionadas inicialmente.

A partir disso, identificamos e quantificamos os textos que tratavam da atuação de Marina no cenário político brasileiro e de suas propostas de governo, o que possibilitou a construção de um banco de dados sobre a questão. Em seguida, selecionamos formulações linguísticas que indicam efeitos sentido de utopia, quando associados ao sujeito político Marina Silva, e, posteriormente, procedemos à análise e discussão dos dados.

Para tanto, mobilizamos o dispositivo teórico analítico da Análise de Discurso, que: i) toma a língua como lugar ou base material significativa onde os sentidos se realizam e em que se inscrevem as repetições, as falhas, os deslocamentos; ii) não trata do indivíduo e nem da realidade empiricamente localizáveis, mas do sujeito disperso ou posições de sujeito, constituído e mediatizado pelo simbólico, como um efeito de linguagem, preso da rede de significantes que o antecede; iii) trata do sentido como efeito que é também disperso e sempre escapa.

Neste trabalho, entretanto, não apresentamos resultados das análises de todas as reportagens/matérias que constituem o *corpus*, dado o limite de laudas. Operamos um recorte e selecionamos o resultado da análise de duas matérias: a primeira, intitulada “Marina Imaculada”, publicada no dia 02/09/2009 na edição 2128 da revista *Veja*; a segunda, intitulada “Marina se despede do Senado”, publicada no dia 16/12/2010 no *Blog da Marina*.

Nos tópicos a seguir, discutimos, de forma geral, os pressupostos teóricos que sustentam as análises desenvolvidas; analisamos os dados selecionados; fazemos considerações finais, indicando as contribuições do estudo.

1. A questão do sujeito: formas de subjetivação e enunciado

Ao tratar das formas de subjetivação do sujeito da enunciação à forma-sujeito, Pêcheux (1975) afirmando que:

[...] “os indivíduos são ‘interpelados’ em sujeitos falantes (em sujeitos de *seu* discurso) por formações discursivas que representam ‘na linguagem’ as formações ideológicas que lhe são correspondentes. Especificamos também que “a interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso se realiza pela identificação (do sujeito) com a formação discursiva que o domina” (PÊCHEUX, 2009, p. 198).

A interpelação supõe um desdobramento entre o sujeito enunciador e o sujeito universal e pode assumir diferentes modalidades: identificação, contra-identificação e desidentificação.

A identificação corresponde a um “recobrimento” entre o sujeito da enunciação e o sujeito universal, de forma que a tomada de posição do sujeito para assujeitar-se à forma-sujeito se dá sob a “forma do livre consentido”, ou seja, uma identificação plena. Essa superposição caracteriza, portanto, o discurso do bom sujeito.

A contra-identificação ocorre quando o sujeito da enunciação se volta contra o sujeito universal, de forma que a tomada de posição do sujeito para assujeitar-se à forma-sujeito se dá através da separação (distanciamento, dúvida, revolta) com o que “o sujeito universal lhe dá a pensar”. As formações discursivas têm contradições entre si e no seu interior, sendo próprio da FD dissimular essa contradição. Por isso, a contra-

identificação não implica uma saída da FD, mas sim um questionamento a partir das contradições. Trata-se do discurso do mau sujeito.

O processo de desidentificação¹ refere-se a uma modalidade subjetivo-discursiva e a uma tomada de posição não-subjetiva, e ocorre de duas maneiras: i) pela apropriação subjetiva do conhecimento científico; ii) ou pela apropriação subjetiva da política de tipo novo. Assim, no processo de desidentificação, o sujeito se desidentifica com a forma-sujeito que o domina e rompe com a FD em que estava inscrito, identificando-se com outra FD e sua respectiva forma-sujeito.

Sob outra perspectiva, Foucault (1969) entende o discurso como um conjunto de enunciados sobre determinado objeto. O enunciado, para ele, não se iguala ao período, à oração, à frase, ou a um ato de fala. Ao contrário, o enunciado é entendido como a unidade elementar do discurso, que não pode ser caracterizado como a expressão de um sujeito pragmático. Além disso, está ligado a um referencial (condições de existência), é marcado por uma posição de sujeito, está ligado a um domínio de memória e possui materialidade repetível. A posição de sujeito de que trata o autor é entendida como um lugar vazio que pode ser ocupado por qualquer indivíduo, sob certas condições. Assim como na perspectiva de Pêcheux, não se trata, portanto, do sujeito gramatical ou de um sujeito pragmático, consciente.

Destacamos que, apesar de apresentarmos as considerações gerais sobre o referencial teórico neste tópico, os conceitos serão mobilizados no decorrer das análises na medida em que os dados forem discutidos e analisados.

2. A questão do sujeito utópico: resultados e discussão

Para tratarmos do sujeito utópico, vejamos a formulação 1:

VEJA: Se sua candidatura sair, como parece provável, que perfil de eleitor a senhora pretende buscar? MARINA: **Os jovens. Eles estão começando a reencontrar as utopias. Estão vendo que é possível se**

¹ No texto de 1975, Pêcheux salienta que no processo de desidentificação o sujeito continua interpelado ideologicamente. Além disso, destaca que se desidentificar não significa dessubjetivar-se, já que somos “sempre já-sujeitos”. No entanto, ainda que essas ressalvas sejam feitas, verifica-se que considerar o processo de desidentificação significa considerar um sujeito pleno, senhor de si; significa supor a possibilidade da fuga do assujeitamento. Posteriormente, em 1978, em decorrência da intensificação de um diálogo com a Psicanálise, entre outros fatores, Pêcheux questiona a apropriação subjetiva do conhecimento científico e a apropriação subjetiva da política de tipo novo. No que se refere ao primeiro aspecto, ele passa a considerar a falha e questiona a existência dessa apropriação subjetiva e do conhecimento científico, percebendo a impossibilidade de se apropriar dos conhecimentos científicos. A própria ideia de uma apropriação subjetiva remete à existência de um sujeito consciente e possibilita a reintrodução de um sujeito pleno, e, por isso, Pêcheux admite a impossibilidade da apropriação subjetiva do sujeito. Em relação ao segundo aspecto, ele vai descaracterizá-lo a partir da indicação de um inverno político francês pelo qual os marxistas-leninistas estavam passando. Assim, a retificação feita em 78 ocorre por se entender que esse processo de desidentificação dá possibilidade à reintrodução do sujeito pleno, consciente e dono de si, que tem autonomia em suas escolhas. Segundo Pêcheux, “levar demasiadamente a sério a ilusão de um ego-sujeito-pleno em que nada falha, eis precisamente algo que falha em *Les Vérités de La Palice*” (PÊCHEUX, 2009, p. 276).

mobilizar a favor do Brasil, da sustentabilidade e do planeta. Minha geração ajudou a redemocratizar o país porque tínhamos mantenedores de utopia. Gente como Chico Mendes, Florestan Fernandes, Paulo Freire, Luiz Inácio Lula da Silva, Fernando Henrique Cardoso, que sustentava nossos sonhos e servia de referência. Agora, aos 51 anos, quero fazer o que eles fizeram por mim. Quero ser mantenedora de utopias e mobilizar as pessoas. (Veja, 02/09/2009, grifo nosso)

A formulação 1 acima foi retirada de uma entrevista concedida pela então senadora Marina Silva, no período em que ela começou a ser cogitada como possível candidata à Presidência da República, nas eleições de 2010, logo depois de ter deixado o Partido dos Trabalhadores (PT). A entrevista foi publicada na edição 2128 da revista *Veja* sob o título “Marina Imaculada”.

Na perspectiva pecheutiana, as palavras e expressões mudam de sentido conforme as posições sustentadas por aqueles que as utilizam.

Se uma mesma palavra, uma mesma expressão e uma mesma proposição podem receber sentidos diferentes – todos igualmente “evidentes” – conforme se refiram a esta ou aquela formação discursiva, é porque – vamos repetir – uma palavra, uma expressão ou uma proposição não tem *um* sentido que lhe seria “próprio”, vinculado a sua literalidade (PÊCHEUX, 2009, p. 147)

Na formulação apresentada, a palavra utopia possui um efeito de sentido positivo e indica um ideal que impulsiona a busca por melhorias. Consequentemente, se refere às expectativas e aos anseios de mudança em relação ao desenvolvimento do País.

É sabido que o Brasil viveu a redemocratização, ou seja, um processo de abertura política implantado após o fim de regimes ditatoriais, o que é considerado essencial para a consolidação do Estado Democrático de Direito. Nesse contexto, a participação de políticos, sociólogos, sindicalistas, filósofos e educadores, por exemplo, foi fundamental para o funcionamento de uma posição de sujeito em que diferentes movimentos sociais se articularam, a fim de promover mudanças no cenário brasileiro.

A formulação 1 discursiviza que Marina se subjetiva numa posição de sujeito de sujeito utópico que contribuiu para a redemocratização do País, posição de sujeito, na qual se subjetivavam e com a qual se identificavam indivíduos que tinham anseios de mudança e serviam como modelo, tais como Chico Mendes, Florestan Fernandes, Paulo Freire, Luiz Inácio Lula da Silva e Fernando Henrique Cardoso.

Há, portanto, uma associação entre utopia e um aspecto positivo e essencial para a consolidação da democracia no Brasil. A utopia foi o motor que impulsionou as mudanças pelas quais o País passou e pelas quais o Brasil precisa passar. O efeito de sentido de “**Os jovens. Eles estão começando a reencontrar as utopias. Estão vendo que é possível se mobilizar a favor do Brasil, da sustentabilidade e do planeta**” indica que a posição de sujeito utópico é a posição na qual os indivíduos se subjetivam ou com a qual os indivíduos se identificam para operar mudanças.

No momento da candidatura, Marina quer fazer pelo Brasil o mesmo que os mantenedores de utopia ou o mesmo que aqueles que se subjetivaram ou se identificaram com a posição de sujeito utópico fizeram: “**Agora, aos 51 anos, quero fazer**

o que eles fizeram por mim. Quero ser mantenedora de utopias e mobilizar as pessoas.” A análise da formulação permite-nos identificar a manutenção do funcionamento de uma posição de sujeito utópico.

A noção de posição de sujeito pode ser entendida, conforme Foucault (1969), como um lugar vazio que pode ser ocupado por qualquer indivíduo, sob certas condições. É a partir da perspectiva foucaultiana que tratamos da posição de sujeito utópico, embora tenhamos de considerar apropriações no uso que fazemos. Mas também consideramos, na perspectiva da AD, que o processo de identificação, como já dissemos, corresponde a um “recobrimento” entre o sujeito da enunciação e o sujeito universal, de forma que a tomada de posição do sujeito para assujeitar-se à forma-sujeito se dá sob a “forma do livre consentido”, ou seja, uma identificação plena. Assim, tomando como base esse deslocamento conceitual, podemos afirmar que Marina se subjetiva na posição de sujeito utópico, ou seja, na posição de sujeito que compreende ser possível desenvolver certas ações que modifiquem positivamente a organização social e política de um povo. Ela se reconhece e se identifica na posição de sujeito utópico utópico, lugar este que apregoa novas perspectivas capazes de dar uma nova forma ao futuro.

No final da formulação, há uma relação entre a utopia e a mobilização. O ato de mobilizar se distancia de uma ideia de passividade e indica a ideia de movimento, ação. O efeito de utopia, portanto, está associado à capacidade de estimular pessoas e desenvolver projetos e ações. No ambiente político, a aptidão para incitar a participação de outras pessoas é essencial para que o bem comum seja alcançado.

A esse respeito, Chauí (2008) destaca a existência de abordagens que se preocupam com a possibilidade de a utopia realizar-se ou não, e acrescenta que “nenhuma utopia influenciou o curso da história por seu realismo, mas, ao contrário, pela negação radical das fronteiras do real instituído e por oferecer aos agentes sociais a visão de inúmeros possíveis.” (CHAUÍ 2008, p. 12).

Vejamos a formulação 2:

Sobre os sonhos atuais Marina disse que, a priori, não vai ficar no lugar de candidata para 2014. “Quero fazer parte de um processo como parte do processo. **Quero lutar por um Brasil que seja economicamente próspero e socialmente justo, ambientalmente sustentável e culturalmente diverso. Quero voltar à sociedade como ativista, como professora, não só na questão partidária, mas como mantenedora de utopias**”, afirmou. (*Blog da Marina*, 16/12/2010, grifo nosso).

A formulação 2 discursiviza sobre a saída de Marina Silva do Senado Federal no final de 2010, após ter concorrido às eleições presidenciais e ter conquistado quase 20 milhões de votos no primeiro turno. A matéria foi publicada no *Blog da Marina* com o título “Marina se despede do Senado”.

No efeito de sentido identificado, Marina não se subjetiva no lugar de possível candidata às eleições presidenciais em 2014, e sim no lugar de sujeito utópico. A apresentação de diversos setores que compõem a estrutura de um país, tais como a economia, a organização da sociedade, o meio ambiente e a cultura indicam uma preocupação abrangente em relação à Nação.

Linguisticamente, isso é materializado na relação entre os advérbios (economicamente, socialmente, ambientalmente e culturalmente) e os adjetivos (próspero, justo, sustentável, diverso). Assim, espera-se que a economia desenvolva-se bem, que a sociedade tenha condições igualitárias, que a questão do meio ambiente seja tratada pelo viés da sustentabilidade, e que a cultura inclua os diferentes.

No universo da política, espera-se do sujeito político exatamente a capacidade de articulação em torno dos diferentes problemas que atingem a vida da população, o que inclui os aspectos anteriormente citados. A depender do cargo ocupado, cabe a cada um legislar, alterar, elaborar e revogar leis, fiscalizar, nomear e exonerar ministros, editar medidas provisórias, apresentar e vetar projetos, etc. Embora haja diferentes atribuições para cada função, o que é comum a todos os políticos em uma democracia é que eles são representantes eleitos pelo povo, por meio do voto, para representar e gerir a nação, o que inclui a preocupação com os fatores enumerados.

Na discursivização da formulação 1, após o fim das eleições, a candidata retoma a participação no seio da sociedade como ativista, ou seja, como aquele que pertence a um determinado ativismo. Ela também se subjetiva no lugar da docência, isto é, do saber que é capaz de contribuir de forma essencial para o desenvolvimento de um país. Assim como mostramos na formulação 1, o efeito sentido de utopia está relacionado à ideia de ação, movimento; é, portanto, um ideal que almeja melhorias e realizações.

Ao retomarmos a questão das formas de subjetivação, tal como postulado por Pêcheux (1975), e entendermos a primeira modalidade como a identificação do sujeito do discurso com a forma-sujeito, concluímos que a candidata identifica-se com a posição de sujeito utópico que inspira ações e é um ideal que visa à melhor organização da sociedade em diferentes aspectos. Podemos afirmar, assim, que Marina se subjetiva no lugar do sujeito utópico (quero voltar à sociedade ... como mantenedora de utopias).

A esse respeito, Chauí (2008) pontua que a sociedade imaginada a partir de uma perspectiva utópica pode ser compreendida como a projeção de uma sociedade futura na qual as características negativas da sociedade existente serão eliminadas e as suas características positivas serão aprimoradas. Nesse caso, a utopia só é praticável quando se julga possível uma sociedade renovada e com outra forma de organização.

A autora destaca algumas características da utopia: a de que ela possui um caráter normativo, pois propõe a existência de um mundo tal como ele deveria ser; e a de que ela é totalizante, uma vez que apresenta uma crítica do mundo existente e almeja uma nova sociedade, diferente da existente. Esse discurso não se caracteriza necessariamente como um programa de ação, mas como um exercício de imaginação, constituindo-se como uma possibilidade cuja realização não é certa e tendo a capacidade de inspirar ações ou uma utopia praticada.

Entre os séculos XVI e XVIII, a utopia se constituiu como um “jogo intelectual no qual o possível é imaginário, combinando a nostalgia de um mundo perfeito perdido e a imaginação de um mundo novo instituído pela razão” (CHAUÍ, 2008, p. 11). No século XIX, diferentemente, a utopia tornou-se um projeto político, no qual o possível está na história. Compreendida assim,

Agora, a utopia é deduzida de teorias sociais e científicas, sua chegada é tida como inevitável porque a marcha da história e o conhecimento de suas leis universais garantem que ela se realizará. Deixa de ser obra literária para tornar-se prática organizada, passando a ser encarada

pelos poderes vigentes como perigo real e a ser censurada como loucura. (CHAUI, 2008, p. 11)

Nesse sentido, sob a influência da ciência e da técnica, o discurso utópico passa a ser caracterizado como realista e pragmático. O imaginário utópico passa por um processo de positivização, o que implica a redução da distância entre a cidade idealizada e a cidade real; a utopia manifesta-se, portanto, como possibilidade objetiva.

Por fim, podemos destacar que há uma compatibilidade entre a posição de sujeito utópico no qual Marina Silva se subjetiva ou com o qual se identifica e aquilo que se espera do sujeito político: a competência para propor projetos que contemplem as reais necessidades do País e a possibilidade de pensar em alternativas que viabilizem as propostas.

Conclusão

Entre os efeitos de sentido de utopia, podemos verificar que, nas duas formulações analisadas, a utopia tem um efeito de sentido positivo. O sentido de utopia como um ideal e uma aspiração que suscita mudanças e melhorias no seio da sociedade sustenta as formulações analisadas. Assim, o termo “utopia” é utilizado para qualificar as ideias e projetos de Marina Silva, enquanto sujeito político, uma vez que o que se espera desse lugar é, também, a capacidade de propor ações que visam ao bem comum em um Estado Democrático de Direito. Por isso, identificamos o funcionamento de uma posição de sujeito da qual se (re)produz o sentido de compatibilidade entre a utopia e a execução de funções políticas.

A partir disso, verificamos que este trabalho contribui para os estudos que discorrem sobre a questão do sentido, aqui entendido como um efeito. A Análise de Discurso se constitui, portanto, como uma das possibilidades para o desenvolvimento de trabalhos que se interessam pela questão do sentido. Além disso, analisar a discursivização sobre as mulheres que atuam na política também é um ponto importante, visto que a maior participação das mulheres no cenário político brasileiro é uma conquista intensificada no processo de redemocratização do País. Por fim, não podemos deixar de fazer referência à importância de utilizar os periódicos, de onde retiramos as formulações analisadas, como parte do *corpus*, uma vez que as revistas podem ser tomadas como um lugar de memória discursiva (Fonseca-Silva, 2007, 2009), mas também como meio de espetacularização da vida e da política.

Referências bibliográficas

AMORIM, M.A ; FRANÇA, T.A; FONSECA-SILVA, M. da C. Mulher, política e beleza na discursivização de Istoé: questões de (in)compatibilidade?. In: VII Colóquio Nacional Representações de Gênero e Sexualidades. III Simpósio Nacional de Psicologia e Crítica da Cultura, 2011, Campina Grande-PB. **Anais VII Colóquio Nacional Representações de Gênero e de Sexualidades**, 2011. v. 2. p. 214-224.
CHAUI, M. Notas sobre Utopia. **Cienc. Cult.**, São Paulo, v 60, n. spe1, julho de 2008. Disponível em < http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?pid=S0009-67252008000500003&script=sci_arttext> Acesso em: 07 set. 2014.

FONSECA-SILVA, M. da C. **Poder-Saber-Ética nos Discursos do Cuidado de Si e da Sexualidade**. Vitória da Conquista: Edições Uesb, 2007.

_____. Funcionamento discursivo e cenas validadas de escândalos na esfera do poder político. **Estudos Linguísticos**, São Paulo, v.38, n.3, p.193-203, set.-dez. 2009. Disponível em <

http://www.gel.org.br/estudoslinguisticos/volumes/38/EL_V38N3_15.pdf>. Acesso em: 02 set. 2014.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008. Edição original: 1969.

PÊCHEUX, M. A forma- sujeito do discurso na apropriação subjetiva dos conhecimentos científicos e da política do proletariado. In: **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Trad. De Eni P. Orlandi. 4. Ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2009. Edição original: 1975.

_____. Só há causa daquilo que falha ou o inverno político francês: início de uma retificação. In: **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Trad. De Eni P. Orlandi. 4. Ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2009. Edição original: 1978.

PRADO, C.O. **Memória e mulher que atua nas esferas do poder político: tensão entre lugares de subjetivação na mídia**. Dissertação (Mestrado em Memória: Linguagem e Sociedade), Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, 2010. Disponível em < http://www.uesb.br/mestradoemmemoria/dissertacoes/Prado_CO.pdf> Acesso em: 07 set. 2014.